
Jogos políticos da memória: possíveis diálogos entre teoria e testemunho de um período extremo no Cone Sul

Political games of memory: possible dialogues between theory and testimony of an extreme period in the Southern Cone

*Diorge Alceno Konrad**
*Rafaella de Aguiar Coradini***

Resumo: O artigo tem a intenção de dialogar com teóricos da história e da linguística que tratam sobre os caminhos da memória, relacionando testemunhos feitos por sobreviventes e personagens das ditaduras no Cone Sul. Através da perspectiva chilena, estende-se de setembro de 1973 a março de 1990. A análise será feita a partir do questionamento da escrita do relato, indagando para que e para quem ele escreve, mas também como se escreve quando existe ainda, no país, a impunidade em alguns casos, dada pela “Lei de Anistia” criada por Augusto Pinochet em 1978, permitindo que os crimes cometidos até essa data ficassem impunes.

Palavras-chave: Ditadura. História. Memória. Chile.

Abstract: The article intends to dialogue with theorists of history and linguistics dealing on the paths of memory, relating testimony by survivors and characters of dictatorships in the Southern Cone, focusing on Chile, which lasted from september 1973 to march 1990. The analysis will be made from the questioning of the written accounts, asking for what and for whom he writes, but also how to spell when still exists in the country to impunity in some cases, given the “Amnesty Law” created by Augusto Pinochet in 1978, allowing crimes to go unpunished to date.

Keywords: Dictatorship. History. Memory. Chile.

* Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* gdkonrad@uol.com.br

** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail* para contato: rafa.coradini@hotmail.com

História e memória se mesclam, muitas vezes, se apropriando de apenas um sentido: o passado contado por aqueles que ali estavam e que fizeram parte do contexto. Mas o conceito de memória é muito amplo, podendo encontrar referências como lembrança, faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens ou as readquire sem grande esforço; autobiografia; recordação; presente;¹ entre outros. Ela está atrelada à história do tempo presente, esta que jornalistas e outros profissionais midiáticos se apropriam sem grande esforço. Dito isso, há uma grande questão que nos envolve: é apropriado deixar ou não apenas para esses profissionais a tarefa de contar histórias recentes? Para nós, historiadores, seria necessário nos afastar e manter uma distância temporal que é implacável, pois talvez não estejamos preparados para lidar com as emoções que tais memórias acarretam? Sendo assim, com a possibilidade de nos deixar levar por elas, os fatos registrados para as gerações futuras não seriam imparciais?

Essa tarefa, descrita nesse primeiro parágrafo, pode ser resolvida de maneira compreensível, sem ser banalizada. A resposta para todo esse questionamento é *não*, não se pode deixar apenas para outros profissionais a incumbência que cabe aos historiadores, uma vez que a teoria e a metodologia estão disponíveis para dar conta de resolver boa parte das indagações. No entanto, se ela deixar brechas pelo caminho, terão que surgir outras que expliquem e que definam muito bem essa relação da história com a memória, na qual ambas podem andar juntas em períodos recentes, mas não podem se confundir, ser sinônimos.

Neste artigo, assim como definido o conceito de memória, é recorrente a necessidade do significado da palavra *história*. Também de forma simples, ela nos remete ao passado de um grupo de indivíduos e às transformações que surgem através de suas ações ao longo do tempo. Se não existem sujeitos, não existe a trajetória e, a partir dessa afirmação, pode-se alinhar e reforçar um pouco mais o vínculo do sujeito e suas memórias, através da história. Mas se deve ter clara a instrumentalização que a história faz do uso da memória através de testemunhos que relatam suas vivências: o que viram, o que sentiram e o que fizeram. Também caberá às gerações futuras, ao ler esta narrativa, com base em relatos testemunhais, a tarefa de perguntar quem escreveu, em que período escreveu e por que escreveu.

A proposta deste artigo é a de encarar o testemunho dentro da perspectiva teórica sobre memória, ou seja, compreender em que

fundamentos a teoria se baseia nos relatos de Max Marambio, um testemunho que escreveu, em 2009, sua experiência como clandestino e ex-integrante do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). E de forma secundária e consultiva, a Dissertação de Mestrado de Tamara Vidaurrazaga, filha de ex-militante do MIR.

Diálogo entre teoria e testemunho

As ditaduras e as violações dos direitos humanos, em diversos países da América do Sul, ao longo dos anos 60, 70 e 80, produziram uma grande amnésia, ignorando parte do passado doloroso durante os processos ditatoriais. No Chile, a partir das ações pós-golpe civil-militar, de 11 de setembro de 1973, o esquecimento pairou sobre os cidadãos durante esse processo que vivenciaram ao longo de quase duas décadas.

Em 1978, com a aprovação da “Lei de Anistia”, o ditador chileno pretendeu absolvição dos crimes praticados na repressão aos integrantes do governo de Salvador Allende e a todos que resistiram à ditadura de segurança nacional após 1973. E, com a virada do século XX para o XXI, houve uma grande explosão de memórias sobre o período ditatorial.

Esse passado trágico, no entanto, permaneceu na memória do povo chileno, alimentando temores, dores e debates, sendo vistos como feridas abertas no núcleo da maioria da sociedade civil, que se dividia e se enfrentava constantemente. Tomás Moulian, cientista político e sociólogo chileno, afirma, em uma de suas obras, que a memória seleciona alguns fatos, esquecendo outros, para poder funcionar, e acrescenta que “deve-se esquecer (para recordar), não tudo nem de qualquer maneira”,² ao se referir ao caráter testemunhal da ditadura chilena. Sobre essa reflexão, o teórico reconhece que, em prol de um objetivo comum, há a criação de um sentimento de se reconhecer em uma formação sócio-histórica que sofreu em seu passado recente, no caso, a violação dos direitos humanos, envolvendo todos nesse processo.

De um lado, existia o centro do poder nas Forças Armadas, defendendo um projeto de reorganização neoliberal da nação, e, no outro extremo, os militantes de esquerda, vivendo à margem da sociedade, lutando e conspirando contra a opressão e repressão que a ditadura instaurou. Entre esses últimos, está Max Marambio que, por meio de sua sobrevivência e memórias, possibilita um testemunho de fundamental importância para a compreensão do que se passou no Chile e que não

foi registrado nos documentos militares e governamentais. Testemunhos como os de Marambio possibilitam outro olhar sobre a história chilena.

Em *Las armas de ayer*, através do relato de Marambio, é abordado o período do pós-golpe numa perspectiva política, já que ele fez parte da escolta do presidente Allende e, logo após 11 de setembro de 1973, viveu como clandestino na Embaixada de Cuba em Santiago. Durante os dez meses iniciais da ditadura, escondeu-se em um depósito de armas cubano, entregando-as depois ao MIR. Ele consegue um salvo-conduto para sair do país, mas retornou ao Chile anos depois, durante a redemocratização e passou a viver na capital chilena até os dias atuais. Sobre esse período, deixou o seguinte registro de reflexão:

Esas armas quedaban allí por pura casualidad; simplemente no pudieron llevárselas. Yo había corrido la misma suerte, por lo que ese hecho fortuito vinculó mi destino al de ellas, ahora eran mis únicas compañeras en aquella casa de fantasmas. [...] Entregar aquellas armas constituía una reivindicación moral que yo mismo me debía.³

Assim, é possível relacionar a fala de Huysen, insistindo na ideia da cultura da memória como um conveniente produto da indústria do modo de produção capitalista. Torna-se difícil quebrar esse pensamento quando se reconhece que algumas identidades são construídas e elevadas, em detrimento do esquecimento de outras tão significativas quanto. Não é necessário entrar na discussão de qual fato foi mais doloroso ou qual período foi mais traumático. Todavia, o que a história tem demonstrado é que há uma mobilização muito forte para que algumas lembranças sejam ressaltadas, rememoradas, de forma coletiva, como se o que for narrado dentro desses parâmetros não tenha necessidade de uma investigação mais profunda, pois “já passou no teste”. Huysen afirma que esse pensamento é fácil de ser instaurado, bastando ser comparado ao Holocausto. A passagem que segue ilustra um pouco mais o que foi dito:

O trauma do outro deve ser suplantado, na hierarquia do sofrimento, pelo sacrifício e o sofrimento do próprio sujeito. Por razões históricas específicas, o Holocausto ocupa um lugar central nessas estratégias de suplantação. A comparação com ele pode legitimar e elevar o sofrimento do indivíduo na hierarquia da vitimação, ou pode ser usada para

minimizar um conjunto de lembranças traumáticas e, com isso, causar ressentimento.⁴

Mesmo com este pensamento, a memória deve ser compreendida como importante ferramenta para estudar passados recentes. Inclusive Huyssen, em sua obra, demonstra o que seria a solução para o problema: “O ponto de partida é outro. [...] A memória, portanto, nunca é neutra. Tal como a historiografia, [pois] por mais objetiva que pretenda ser, toda lembrança está sujeita a interesses e usos funcionais específicos.”⁵ Ou seja, devem-se usar os mesmos mecanismos iniciais ao estudar uma obra, questionando: quem escreve, quando escreve, qual a formação, qual a trajetória, entre outras perguntas iniciais. O uso dessas memórias para entender as ditaduras do Cone Sul são relevantes e fundamentais, já que muito se perdeu e se eliminou da documentação oficial, como também existe ainda uma legislação que caracteriza alguns documentos como sigilosos, com prazos ainda longos a serem cumpridos em sigilo.

A memória, como objeto da história encarada como disciplina, também tem a função de garantir a prevalência dos direitos humanos ligados ao Estado e a seus atributos, pois se não há lembrança, não há identificação do trauma e, por isso, não há violação do direito garantido ao ser humano. Essa ideia de política da memória tem a tarefa, segundo Huyssen,⁶ de dar nomes e fazer com que o Estado assuma responsabilidades que lhe confere.

Caso os direitos humanos não tenham em sua base a memória e o relato personificado no testemunho, poderão perder embasamento histórico, já que em não havendo a presença do indivíduo e de suas ações nos avanços do tempo, não há motivo para reflexão, muito menos a garantia de igualdade que os direitos humanos preveem, pois não existiu seu descumprimento. Quando Marambio, em seu testemunho relata perdas em função da derrota dos aliados de Allende, ele relata também a violação do direito de ser humano. Um exemplo disso está no suicídio de uma das filhas do presidente, Beatriz, seu braço direito durante a presidência que, segundo Marambio, aceita sair do *Palacio La Moneda* quando esse é atacado, sabendo, em seguida da morte de seu pai. Marambio descreve: “Beatriz, su colaboradora más cercana, jamás pudo recuperarse de ese momento, el que después también le impidió continuar viviendo”.⁷

A análise que Huyssen propõe torna-se fundamental para que não se deixe de lado os relatos do passado recente, a respeito de fatos que a formação social sofreu. Essas narrativas devem perpassar o campo das ciências humanas, da atuação política de governos contemporâneos, de modo que a ciência, o Estado e a sociedade não excluam as suas lembranças.

No Chile, a criação do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, inaugurado no início de 2010, deixa clara a função de sua origem, de que “*no hay mañana sin ayer*”.⁸ Com essa iniciativa, pode ser reconhecida a intenção política por parte de grupos que não querem o esquecimento, mas também a pressão para que sejam produzidos mais relatos daqueles que viveram o período e que têm o que contar e contribuir para com a história, mesmo que tais lembranças acabem sendo enquadradas. A missão do museu vai além de políticas de memória, pois aproxima a sociedade aos avanços e resultados de pesquisas, destitui o conhecimento acessível apenas a quem faz parte da Academia e, assim, o disponibiliza para toda a comunidade. No caso chileno, o *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* é fundamental para que a sociedade saiba o que está sendo produzido para essa e para as próximas gerações.

Nesse período, diversos indivíduos que, nos dias atuais, transformaram suas experiências em memórias, foram julgados e condenados como *subversivos* na época, mas se consideravam vítimas de uma injustiça e começaram a transformar sua dor e seu trauma em questionamentos. Eles resistiam ao “terror político-militar”, o terrorismo de Estado, e se achavam no compromisso de transformar o sistema em que o Chile estava inserido. Em consonância com esse setor da sociedade chilena que deixava de ter voz e memória, houve, no início do século XXI, uma intensa publicação de relatos daqueles que não constam na oficialidade, mas que também foram protagonistas desse processo histórico, porém em lados opostos.

O início deste século é marcado pelo que Jay Winter chama de “boom da memória”, dentro do contexto latino-americano. Sendo essa uma ferramenta da geração atual, torna-se possível elencar alguns objetivos claros da intencionalidade da escrita narrativa:

- 1- Para conservar o passado recente na voz do testemunho, pois agrega valor e “reforça a política de identidade, em particular a continuidade da luta”.⁹

- 2- Dar nome aos responsáveis pelos crimes da ditadura, com base na “Lei de Anistia”; e
- 3- Nesse contexto, estimular a produção de obras (relatos organizados na forma escrita ou depoimento oral gravado) da memória dos sobreviventes do terror, como sujeitos que vivenciaram as arbitrariedades da ditadura.

Nesses casos, existe a questão da emoção que os narradores memorialistas expressam em suas obras. No caso de violação dos direitos humanos, as descrições podem ser contraditórias, pois a carga emocional é forte, e isso pode ocasionar confusão nas informações. Nesses casos, quando as feridas ainda estão abertas, o historiador deve ser o mais fiel e claro possível em sua escrita, reforçando novamente a importância de descrever qual era a função do sujeito no fato analisado, as intenções do relato, o grau de envolvimento, entre outros. Além disso, Gagnebin¹⁰ ressalta que, ao fazer uso da memória tradicional, carregada de emoção, também pode ser necessária a ajuda da filosofia e da psicologia para uma melhor assimilação da escrita.

Sobre isso, corre-se o risco de a emoção falar mais alto, deixando de lado algumas informações em prol de outras que, nesse caso, a testemunha possa julgar pertinentes. O cuidado com a impessoalidade e a distância da narrativa é fundamental para o historiador, assim os questionamentos centram-se no âmbito de interesse da pesquisa. Quando se trabalha com memórias, o limite da verdade e o da ficção se misturam; é possível que o testemunho não só informe como também performe. E as fontes documentais não dão conta de comprovar aquilo que está sendo narrado, mas, segundo Winter, ainda sim o testemunho é válido, pois

a voz do testemunho ainda representa um sentido generalizado da opressão. Aqui a política da identidade, enquanto um conjunto de narrativas, é uma contra-história que desafia a falsa generalização da história, que exclui e é realizada por aqueles presos a um sentido eurocêntrico e imperialista de que constitui o passado.¹¹

O período a que as memórias chilenas se remetem é relativo a uma época em que a militância política de oposição – os chamados *subversivos* – não apenas está derrotada, mas também está caindo no

esquecimento forçado. Esse enfraquecimento gradual e constante se reforça nos diferentes caminhos que os militantes vão seguindo, em que o diálogo já não existe. O preparo, que deveria ter ocorrido antes de 11 de setembro de 1973, não aconteceu e para Marambio já é tarde para recomeçar. Essa perda é retratada na despedida de Miguel Enriquez¹² e Max Marambio, quando esse último percebe e aceita sua derrota como militante chileno:

– Creo que hice lo que tenía que hacer – le dije –. Ahora ustedes podrán tomar sus propias decisiones, yo tomé la mía y me aparto de la lucha chilena. Para explicártelo tendríamos que analizar cosas que no nos van a dejar juntos, así que lo mejor es separarnos como amigos. Miguel no me reprochó nada ni trató de convencerme de lo contrario, simplemente me abrazó y nos separamos queriéndonos igual, pero por caminos diferentes. Conocí su muerte estando ya en Cuba. [...] subí a la habitación, donde lloré como nunca en mi vida lo había hecho.¹³

Não há mais manifestações significativas contrárias ao regime ditatorial, assim afirma Moulian, “El MIR, que nunca participó de la Unidad Popular porque tenía otra postura estratégica, fue diezmada entre 1973 y 1980.”¹⁴ A partir daí há um “silêncio” na sociedade chilena, muitas vezes interpretado como comodismo ou conformismo por parte da população em relação ao golpe. Essa análise do silêncio diante de alguns momentos do período funciona como vácuos na narrativa que devem ser estudados a fundo.

Sabemos que existem diferentes faces em uma escrita, que Gagnebin chama de “rastros da história”.¹⁵ Eles devem ser identificados e estudados, para que o testemunho não corra o risco de se tornar uma literatura fantasiosa, sem compromisso com a verdade.

Pensando no contexto anterior ao golpe, existia o caminho para a revolução socialista através da representação de Allende no governo e também condições favoráveis para uma contrarrevolução por parte das classes dominantes, utilizando-se das Forças Armadas. Os militares e seus aliados escolheram o caminho da contrarrevolução e o conduziu na forma de terror, com a utilização sistemática da tortura e da eliminação física dos quadros e apoiadores do governo Allende. A *Unidad Popular*, porém, não empurrou os contrarrevolucionários à crueldade. Havia uma ampla mobilização na América Latina e no Chile, em especial, em favor

de uma sociedade mais igualitária, de caráter socialista. Essa possibilidade assustou e mobilizou as classes dominantes e as Forças Armadas que, apoiando-se uns nos outros, assumiram a chefatura do Estado, colocando no poder central a figura de Augusto Pinochet. O início da ditadura teve um caráter contrarrevolucionário e altamente repressor.

Através das abordagens historiográficas de Moulian (1997), Stern (2009) e de Huneeus (2000), torna-se possível identificar o processo inicial da ditadura de Pinochet, a partir do golpe de Estado, em 1973. Também é possível relacioná-lo à manipulação das massas para que entrassem em um processo de aceitação das suas ações, ignorando e desrespeitando a Constituição e os direitos humanos.

Para a ditadura havia algumas maneiras de educar a população, segundo Moulian,¹⁶ que é preciso descrever aqui, para entender o porquê do silenciamento da população. Uma delas era a execução com exposição do corpo para a população. O poder mostrava que não importava a fama e a classe social do indivíduo – como aconteceu com *Victor Jara*, cantor e compositor famoso, que foi torturado e morto e seus familiares puderam ver as mutilações e atrocidades cometidas. Outra forma foi o do desaparecimento dos corpos – gerando incerteza na família em relação ao que realmente estava acontecendo, assim como o temor em relação ao Estado e o silêncio e respeito em relação ao seu poder. E, por último, a tortura e a reinserção do torturado na vida social. O suposto subversivo, depois de torturado, psicológica e fisicamente, era reinserido na sociedade, e sua dor era um exemplo para que outras pessoas não repetissem práticas de oposição.

A prisão foi outra ferramenta para a “recuperação do indivíduo”, já que, com a privação da liberdade, em tese, ele iria repensar suas atitudes. Essas formas de terror não se intimidavam diante de nada, e seus executores não se ocultavam, mas, no geral, deixavam públicos os seus atos.

O testemunho dos protagonistas da história (clandestinos e presos) está entre as fontes possíveis de utilização por parte do pesquisador. Mesmo sabendo que são relatos de agentes da história, é possível utilizar tais narrativas como fontes ricas e inesgotáveis de conhecimento sobre o período estudado. Winn refere que

los avances en las batallas por la memoria en el Cono Sur, en general paralelos a los éxitos políticos del progresismo o las izquierdas de la región, trajeron aparejadas nuevas problemáticas en relación con los estudios de la memoria y de la historia reciente.¹⁷

Ao analisar o testemunho de um militante da oposição chilena, a tortura quase sempre estará em evidência. Em cada caso, o terror provava sua onipotência, sua superioridade diante do direito e da justiça. A tortura operava sobre o corpo, mas seu objetivo era atingir o espírito, para deixar uma recordação amarga, que faria com que os sobreviventes nunca mais se sentissem em condições de se rebelar contra o poder. A função primordial da tortura era a de quebrar e romper o equilíbrio ético e emocional do suposto subversivo – e utilizá-lo como exemplo para a sociedade. O medo de ser preso é demonstrado no capítulo “Solo en Armas”, em que Marambio está sozinho na Embaixada Cubana, na primeira noite pós-golpe. Toda sua preocupação e a “trincheira montada” por ele na torre mais alta fazem acreditar que ele sairá morto daquele lugar, pois para ele é melhor que ser levado vivo pelos militares. Esse medo torna possível governar sem discutir, sem convencer, sem compartilhar a autoridade. O dispositivo do terror foi um elemento-chave para a primeira fase da ditadura, operando sobre a total insubordinação do direito, permitindo o ajuste das medidas repressivas às necessidades políticas, acontecendo sem que houvesse a separação de poderes. O direito na fase terrorista foi a total ausência de recursos e a anulação total de liberdades civis. Foi o monopólio do terrorismo de Estado.

A maioria dos perseguidos eram homens e mulheres jovens, comprometidos com movimentos de esquerda, engajados na luta pelo socialismo, tanto pela via pacífica quanto pela via armada. O embate com esses indivíduos pode ser considerado uma guerra total, justificada como uma guerra contra o comunismo. Aqui, se pode definir a oposição ao socialismo, já que se tem o exemplo estrutural de Cuba, onde o sistema se institucionalizou, e as mudanças foram ativas na sociedade. O golpe se justifica pelo receio de perder mais mercado de consumo global na América Latina, em que o capitalismo cresce de forma desenfreada e precisa de mercado consumidor para continuar expandindo-se. Essa luta se caracterizou, então, como uma guerra total, fora de qualquer parâmetro, podendo ser ignorados até mesmo os tratados das

Convenções de Genebra e seus protocolos para banir atos extremos de violação dos direitos humanos.

Entender e conhecer os passos de como a ditadura chilena tratou os seus adversários políticos e parcela significativa da sociedade, torna-se imprescindível. E, com esse propósito, as narrativas testemunhais se revelam indicadores significativos das realidades social e política do país num passado recente, como também no momento em que elas são produzidas. Caso as produções memorialísticas não estejam relacionadas a determinado grupo, sem suporte que as integre para que haja o reconhecimento, ela corre o risco de se fragmentar.

Diante disso, para Candau¹⁸ há um esgotamento irreversível da memória, pois são numerosas as produções e, ao mesmo tempo, tornam-se vagas quando não se reconhecem entre si. Se não, a memória perde a sua razão de ser, ocorrendo uma derrota da identidade e do reflexo do individualismo cada vez mais acentuado. Mas, por outro lado, não se pode afirmar que a memória está perdendo força, apenas perde sua fundamentação quando não ocorre o diálogo social, que deve ser analisado no tempo presente, para que se identifiquem os jogos políticos que giram em torno das intenções que podem estar maquiadas na escrita.

A outra obra é de Tamara Vidaurrazaga, *Mujeres en rojo y negro*. A autora é filha de militantes do MIR e, nessa obra, ela relata a história de três mulheres militantes: Soledad, Arinda e Cristina, sendo que uma delas, Soledad, é mãe da autora do livro. Essas mulheres viveram na clandestinidade, passaram por prisões e torturas e participaram de instruções para o combate assim como integraram células de militância. Suas vivências revelam como o MIR funcionou na ditadura. Vidaurrazaga relata que

en 1967 el MIR ya planteaba su rechazo al camino pacífico hacia el socialismo y a la teoría de la revolución por etapas. Planteaban que éstos no eran caminos a través de los cuales el pueblo podía hacerse del poder para alcanzar el socialismo, que en cambio sólo podía alcanzarse por la vía armada. Este aspecto crucial de la ideología mirista atrajo a estas tres mujeres que buscaban un cambio energético en la sociedad.¹⁹

Em função de serem duas obras recentes, a de Vidaurrazaga e de Marambio e – publicadas, respectivamente, em 2007 e 2009 –, num período em que a incerteza quanto ao que realmente acontecia nos

“porões” da ditadura já foi superada e esclarecida, mas não em sua totalidade, a história pode transitar nessa temática de maneira mais segura. Os relatos memorialísticos não têm mais o único e primordial compromisso de incriminar a ditadura por seus atos de tortura e agressão, passando a apontar para novas possibilidades de leitura. A respeito disso, Sarlo questiona:

Mesmo nesses anos, quando já se exerceu até as últimas consequências a crítica da ideia de verdade, as narrações de memória parecem oferecer uma autenticidade da qual estamos acostumados a desconfiar radicalmente. No caso das memórias da repressão, a suspensão dessa desconfiança teve causas morais, jurídicas e políticas. O importante não era compreender o mundo das vítimas, mas conseguir a condenação dos culpados.²⁰

Quem viveu nesse período tem algo a contar, um relato a fazer, porém há certo medo que os impede de ir adiante e/ou de citar nomes. O compromisso dos memorialistas se relaciona com a punição dos criminosos, mas também a não deixar que a ditadura volte a ocorrer no Chile. Pensar a memória como formadora da identidade de uma geração pode revelar o papel desempenhado pelo Estado nesse processo. Pollak²¹ utiliza o termo *enquadramento* para explicar o que ele define como “esforço de lembrar”, quando há investimento para que essas memórias sejam referências de um grupo que viveu e que recorda os acontecimentos em certa sintonia, trazendo o caráter de identidade coletiva ou nacional. Assim, sendo mais específico, o teórico lança essa ação como violência simbólica, pois os testemunhos se moldam sem perceber. Na leitura de *Las armas de ayer*, em função de fazer parte do Grupo de Amigos Personales de Allende (GAP), Marambio defende e valoriza as atitudes do presidente em toda sua obra, mesmo se tornando evidentes a omissão e a falta de atitude por parte de Allende quanto às ameaças de golpe por parte das Forças Armadas. É difícil entender como o testemunho aceita esse posicionamento pacífico, já que Marambio participou de treinamentos de militância em Cuba e fez parte do MIR. A violência simbólica aparece de forma clara nessa parte do relato, em razão do quanto seria imprudente criticar a via pacífica ao socialismo, adotada por Salvador Allende. Pollak demonstra a necessidade de equilíbrio ao

utilizar a memória em estudos de casos e o quanto pode ser tensa e contraditória uma pesquisa que remeta ao passado recente. Para o autor,

esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.²²

Para uma investigação do período analisado, em um espaço delimitado como é o caso da capital do Chile, Santiago, não se pode deixar de utilizar como fonte norteadora do processo analítico a memória narrativa testemunhal. Esse tipo de fonte permite a aproximação com uma experiência histórica que tende a se perder com as transformações socioculturais. O testemunho e a memória circulam, desde seu início, na maioria das casas e atinge todas as classes sociais. Testemunho e memória transitam na vida de indivíduos politizados, mas também estão presentes na vida de pessoas que não estão interessadas ou não se envolvem na vida política do país. Mesmo que não tivessem conhecimento do que estava acontecendo, do que realmente era fato e não um exagero para amedrontar e aterrorizar no interior das comunidades, as pessoas, em um contexto geral, encontraram-se envolvidas com o golpe.

Através da memória, é possível analisar períodos recentes, sendo avaliados com a mesma destreza que um documento oficial. Segundo Sarlo, “a memória é um bem comum, um dever [...] e uma necessidade jurídica, moral e política”.²³ Claro está que *feridas abertas* e, como tal, carregadas de emoção. Por isso o pesquisador deve estar atento e conhecer profundamente a história. As obras de cunho memorialístico devem ser utilizadas como fontes bibliográficas, com o devido cuidado teórico-metodológico.

Assim, em obras de testemunho, é possível encontrar o *modus operandi* das forças de repressão de Augusto Pinochet. Com a análise da realidade política e social da primeira etapa da ditadura e o cotidiano de sujeitos comuns, até então desconhecidos da história, nos defrontamos com formas abusivas com que a ditadura civil-militar chilena se impôs e se tornou vencedora. Ademais, gradualmente, se reconhecem os mecanismos que a modernidade ocupa para que essas memórias sejam

acessíveis a todos, ainda que, muitas vezes, acabem por se tornar enquadradas, mas, ainda sim, necessárias.

Notas

- ¹ Consulta ao Dicionário Aurélio *online*. Disponível em: <<https://dicionario.doaurelio.com/memoria>>. Acesso em: 1º jun. 2016.
- ² MOULIAN, Tomás. *La liturgia de la reconciliación: políticas y estéticas de la memoria*. Santiago: Cuarto Próprio, 2000. p. 23. (Tradução mina).
- ³ MARAMBIO, Max. *Las armas de ayer*. Buenos Aires: Debate, 2009. p. 143.
- ⁴ HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 181.
- ⁵ *Ibidem*, p. 181.
- ⁶ *Ibidem*, p. 195-196.
- ⁷ MARAMBIO, Max. *Las armas de ayer*. Buenos Aires: Debate, 2009. p. 157.
- ⁸ Dados disponíveis em: <<http://www.museodelamemoria.cl>>. Acesso em: 25 maio 2016.
- ⁹ WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó, SC: Argos, 2006. p. 74.
- ¹⁰ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado: memória, história, testemunho: o que significa elaborar o passado? O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 41-42.
- ¹¹ WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó, SC: Argos, 2006, p. 72.
- ¹² Dirigente máximo do MIR, morto em outubro de 1974, pela Dirección de Inteligencia Nacional (DINA).
- ¹³ MARAMBIO, Max. *Las armas de ayer*. Buenos Aires: Debate, 2009. p. 226.
- ¹⁴ MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM, 1997. p. 255.
- ¹⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado: memória, história, testemunho: o que significa elaborar o passado? O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: _____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 41-42.
- ¹⁶ MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM, 1997. p. 180-192.
- ¹⁷ WINN, Peter. *A revolução chilena*. São Paulo: Edunesp, 2010. p. 327.
- ¹⁸ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- ¹⁹ VIDAURAZAGA, Tamara. *Mujeres en rojo y negro: memoria de tres mujeres*

miristas (1971-1990). Concepción: Escaparate, 2007. p. 24. Esta obra se originou da Dissertação de Mestrado em Filosofia, pela Universidad de Chile, por isso o caráter consultivo, pois nela já está realizada toda a indagação teórica.

²⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo pasado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007. p. 67.

²¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

²² Ibidem, p. 4.

²³ SARLO, Beatriz. *Tempo pasado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007. p. 47.

Referências

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado: memória, história, testemunho: o que significa elaborar o passado? O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: _____. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 39-48; 49-58; 97-106; 107-118.

HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MARAMBIO, Max. *Las armas de ayer*. Buenos Aires: Debate, 2009.

MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM, 1997.

MOULIAN, Tomás. *La liturgia de la reconciliación: políticas y estéticas de la memoria*. Santiago: Cuarto Próprio, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

SARLO, Beatriz. *Tempo pasado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

STERN, Steve J. *Luchando por mentes y corazones: las batallas de la memoria en el Chile de Pinochet*. Santiago: Ediciones UDP, 2013.

STERN, Steve J. *Recordando el Chile de Pinochet: en vísperas de Londres 1998*. Santiago: Ediciones UDP, 2009.

VIDAURAZAGA, Tamara. *Mujeres en rojo y negro: memoria de tres mujeres miristas (1971-1990)*. Concepción: Ediciones Escaparate, 2007.

WASSERMAN, Claudia (Coord.). *História da América Latina: cinco séculos*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

WINN, Peter. *A revolução chilena*. São Paulo: Edunesp, 2010.

WINN, Peter. Epílogo. Hacia un balance: ¿es la historia reciente un campo de estudio establecido? In: BOHOSLAVSKI, Ernesto

et al. *Problemas de historia reciente del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo, 2010. p. 323-335. v. II.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELLIGMAN-SILVA, Marcio (Org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó, SC: Argos, 2006. p. 67-90.